Por falta de provas, STF absolve deputado acusado de corrupção

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal absolveu o deputado federal Benjamim Maranhão (SD-PB) da acusação dos crimes de quadrilha, corrupção passiva e fraude à licitação. Os ministros entenderam, por unanimidade, que não há prova suficiente para a condenação do parlamentar. O julgamento aconteceu nesta terça-feira (17/10).

Segundo a denúncia, promovida originariamente pelo Ministério Público de Mato Grosso, o deputado teria integrado um esquema criminoso voltado para aquisição superfaturada de ambulâncias fornecidas pelo grupo Planan. O caso ficou conhecido como escândalo dos sanguessugas.

Em troca de vantagem financeira, caberia ao deputado federal o direcionamento de emendas orçamentárias que viabilizariam licitações fraudadas junto a municípios integrantes da sua base eleitoral no estado da Paraíba. Segundo o MP, ele teria recebido R\$ 40 mil em propinas em 2004.

A denúncia foi recebida pelo juízo 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Mato Grosso em dezembro de 2009, já que à época Maranhão não detinha foro por prerrogativa de função. Em 2011, o réu informou a sua condição de deputado federal, o que motivou a competência do Supremo para analisar e julgar o processo.

Na avaliação da relatora, ministra Rosa Weber, não há prova suficiente para impor uma condenação ao parlamentar. Ela votou no sentido de absolver o deputado com base no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Ressaltou, no entanto, que nova investigação pode ser aberta caso surjam outros fatos comprobatórios dos delitos. *Com informações da Assessoria de Imprensa do STF.*

AP 676

Date Created

17/10/2017